



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005736-40.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Célia Marlene Chiarello Veronesi e outros**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

- 1 Vistos.
  - 2 Trata-se de pedido de expedição de alvará judicial interposta por Célia Marlene Chiarello Veronesi, Luis Gustavo Veronesi e Natália Veronesi Santinoni, para transferência de veículos para terceiros. Os carros são de propriedade de Luis Carlos Veronesi, falecido em 26/05/2016, conforme certidão de óbito que consta às fls. 30.
  - 3 Os autores, anteriormente, realizaram o competente inventário extrajudicial dos bens deixados pelo falecido (escritura publica de inventario fls.12/21).
  - 4 Os autores apresentaram o valor venal atualizado dos veículos, conforme documento que está às fls. 31/32 (tabela FIPE).
  - 5 **É o relatório, fundamento e decido.**
  - 6 O pedido é procedente. De fato, para alienar o veículo que já foi inventariado à terceiros é necessária a autorização judicial.
  - 7 Nestes termos, **ACOLHO** o pedido inicial, determinando a expedição dos alvarás autorizando os autores à prática de todos os atos necessários para efetuar a transferência do veículo **GM/ZAFIRA ELEGANCE 2008/2008, renavam 00964294168, placa BSY 7000, chassi: 9BG7U75W080C186631** do falecido para o Sr. **André Luiz de Oliveira Aguilar**, portador do RG nº 26.651.552-6 e CPF nº 216.142.158-12, e do veículo **GM/VECTRA GLS, 1998/1998, renavam: 703041150, placa MNJ 4767, chassi: 9BGJK19HWB576299** do falecido para o Sr. **João Vítor da Silva**, portador do RG nº 45.903.042-5 e do CPF nº 448.489.048-89, ressalvadas exigências administrativas e resguardados direitos de terceiros.
  - 8 Diante do pedido formulado, e do seu acolhimento, ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, pelo que fica, desde já, **anotado o trânsito em julgado na data de assinatura da sentença**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão
  - 9 **Expeçam-se os alvarás, nos termos acima delineados, com prazo de 180 dias.**
  - 10 Cumprida a determinação, remeta-se ao arquivo.
  - 11 P.I.C
- São Carlos, 10 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**